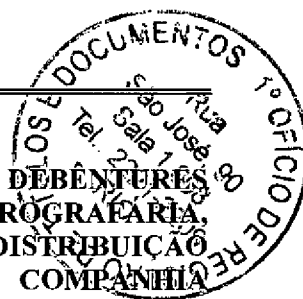


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA,
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA
ENERGÉTICA DO JARI - CEJA**



1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

3719702 - 1842111

Custas: R\$
Total 823,82



Enf 682,50-FEI J 119,56-RPD 15,22-NM 10,65-AC D,21-FUNDPER J
29,13-FUNPER J 29,13-FUNVAPEN 23,50
Registrado e digitalizado em 25/09/2013

ENTRE

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
como Emissora,

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.
como Fiadora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
*representando a comunhão dos titulares
adquirentes das debêntures objeto da presente emissão*

Datado de
23 de setembro de 2013

2 H

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA



Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA, sociedade sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 7, Vila Olímpia, São Paulo/SP - CEP: 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.581.989/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A., sociedade com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP - CEP: 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.983.431/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora");

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 4, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário") e, em conjunto com a Emissora, "Partes";

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética do Jari - CEJA*" ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

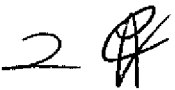


1.1 Emissão

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 20 de setembro de 2013 ("AGE"), conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Garantia Fidejussória

A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito da Emissão é concedida com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 20 de setembro de 2013 ("RCA").

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

2   

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")



A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, nominativas, escriturais, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sob regime de garantia firme de colocação, será distribuída nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.1. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Emissão pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação

2.2.1 A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Diário de Notícias, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2 A ata de RCA será arquivada na JUCESP e será publicada no DOESP e no Jornal Brasil Econômico.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma via original ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis após o seu efetivo arquivamento.

2.4. Registro da Garantia Fidejussória no Registro de Títulos e Documentos

Em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais Aditamentos posteriores deverão ser registrados no competente registro de títulos e documentos do domicílio das partes contratantes e uma via original de cada registro será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados do efetivo registro.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as distribuições e negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das disposições do artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem ou natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Emissora poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

3.2. Número de Emissão

A presente Escritura de Emissão contempla a 2ª emissão de Debêntures da Emissora, que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.8 abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5 abaixo e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo).

3.4. Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures será utilizada para alongamento da dívida atual existente da Emissora.

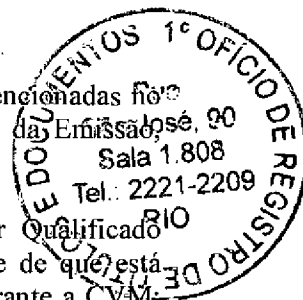
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, a ser prestada pelo BB-Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Companhia Energética do Jari - CEJA*" ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se

destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara, dentre outros assuntos, que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da Emissão é o Banco Citibank S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, ambas com sede na Av. Paulista, nº 1.111 – 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil debêntures) Debêntures.



4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 7 de outubro de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 7 de outubro de 2018 (“Data de Vencimento”).

4.2. Atualização Monetária, Amortização e Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em ao final do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, isto é, no dia 7 de outubro de 2016, e a última na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

Data da Amortização	% do Valor Nominal Unitário de Emissão
07/10/2016	33,3333%
07/10/2017	33,3333%
07/10/2018	33,3334%

4.2.3. Remuneração: As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a juros correspondentes a variação acumulada de 113,60% (cento e treze inteiros e sessenta centésimos por cento) da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada “Taxa DI *over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures (“Data da Primeira Integralização”) (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive), e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo) e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Debêntures

2

EDR
Diretoria Jurídica

CETIP2I", disponível para consulta na página da Internet da CETIP (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a fórmula a seguir ("Remuneração").

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

"J": valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe": Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI": corresponde ao produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

"p": 113,60 (cento e treze inteiros e sessenta centésimos).

"k": corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo "k" um número inteiro;

" n_{DI} ": corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

" TDI_k ": corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

" DI_k " corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

observado, ainda:

(A) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(B) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



Handwritten signatures and a circular stamp of the EDP (Escritório de Defesa Processual) are visible at the bottom right of the page.

(C) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(D) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição para apuração de TDI_k, o valor da última taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.3.2. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.3.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a legalmente substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.3.5. Caso não seja legalmente prevista taxa de substituição da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.3.6. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definida abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. A Taxa DI a ser

utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou

- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula.

4.2.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido ao final do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, isto é, no dia 7 de abril de 2015, e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.4.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que (i) se inicia na Data da Primeira Integralização, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive, nos demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.4.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a Data de Pagamento da Remuneração.

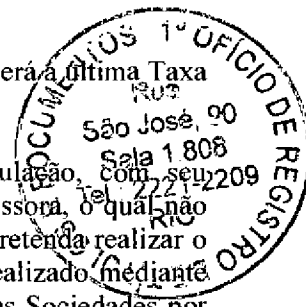
4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, sendo certo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data.

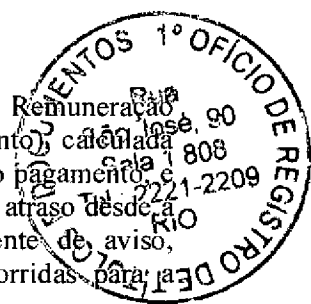
4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (b) por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos



Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a (a) multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança, desde que devidamente comprovadas.



4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

Com exceção ao disposto no item 4.2.3.6 acima, as Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado.

4.6. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.7. Garantia Fidejussória

A Emissão contará com garantia fidejussória a ser outorgada pela Fiadora, nos termos da Cláusula VI abaixo.

4.8. Publicidade

2

EDP
Diretoria Jurídica

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, ao DOESP e no Diário de Notícias, bem como na página da Emissora na rede internacional dos computadores www.edpbr.com.br.



CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (b) decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora e/ou da Fiadora;
- (c) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- (d) perda ou término antecipado das concessões de energia elétrica da Fiadora ou intervenção pelo poder concedente, em relação a qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada da Fiadora no último exercício social;
- (e) cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em alteração direta do seu controle acionário, exceto se (i) referida alteração resultar em mudança do controle societário da Emissora para outra sociedade do mesmo Grupo Econômico (assim definido como o conjunto de sociedades controladas pela Fiadora, excluídas as coligadas da Fiadora); ou (ii) tiver obtido anuência prévia de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
- (f) ocorrência de qualquer alteração societária de sua controlada ECE Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 3, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.333.996/0001-21 ("ECE"), incluindo cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, bem como ocorrência de dissolução ou liquidação, salvo se for obtida anuência prévia de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD;
- (g) protesto cambiário contra a Emissora, cujo valor, individualmente, seja igual ou superior à R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), não contestados de boa-fé pela Emissora e não sanado no prazo de 30 (trinta) dias;

2

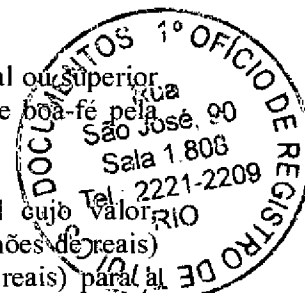
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: EDP, Diretoria Jurídica]

- (h) protesto cambiário contra a Fiadora, cujo valor, individualmente, seja igual ou superior à R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), não contestados de boa-fé pela Fiadora e não sanado no prazo de 30 (trinta) dias; e
- (i) notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente, seja igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a Emissora ou de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) para a Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, nesta Escritura de Emissão.



5.2. As Debêntures resgatadas em decorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático serão canceladas.

CLÁUSULA VI GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

6.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo Encargos Moratórios das Debêntures assumidas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição ("Obrigações Afiançadas"), a Fiadora comparece à presente Escritura, como fiadora e principal pagadora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

6.2. O Agente Fiduciário notificará a Fiadora sobre a falta de pagamento, no dia útil seguinte ao prazo de cura referido na alínea "c" da cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora, no prazo de 1 (um) dia útil contado a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário, fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

6.3. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.

6.4. A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

6.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se ao cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Emissão.

6.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida, vigente e eficaz em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Afiançadas.

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text "EDP" and "Diretoria Jurídica".

6.7. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações, e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura e/ou Contrato de Distribuição ou ainda caso a Fiadora deixe de ser controladora da Emissora.

6.8. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Afiançadas.

6.9. A Fiadora se sub-rogará no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora observando sempre o disposto no artigo 350 do Código Civil. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

6.10. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

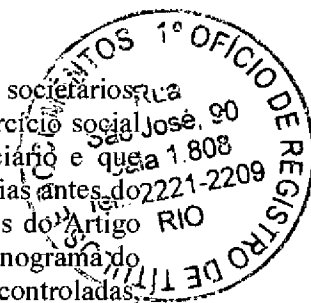
7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, além de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas na presente Escritura de Emissão;
- (b) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação a que a Emissora ou seu Grupo Econômico estejam sujeitos;
- (c) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, no prazo de 1 (um) dia útil após o conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites e desde que respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;
- (d) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL recebida pela Emissora e pelas suas sociedades controladas relativa a uma causa de término de suas respectivas concessões, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento;
- (e) cópia dos comprovantes de cumprimento das obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da Data de Vencimento; e
- (f) informar e enviar ao Agente Fiduciário os documentos necessários à realização do relatório anual, elaborado conforme alínea “I” da Cláusula 8.4 desta Escritura de



Emissão, os quais incluem o organograma, todos os dados financeiros e atos societários, de acordo com a Instrução CVM 28 (conforme definida abaixo) referentes ao exercício social imediatamente anterior, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário e que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para divulgação pelo Agente Fiduciário, nos termos do Artigo 12, alínea XVIII, da Instrução CVM 28 (conforme definido adiante). O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle;



7.1.2. Cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, quais sejam:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter anualmente suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar anualmente suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores (www.edpbr.com.br), dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no subitem “c”, acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando na mesma data ao Coordenador Líder, com cópia para o Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

7.1.3. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

7.1.4. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

7.1.5. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com as Leis das Sociedades por Ações e com as regras da CVM.

7.1.6. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM.

7.1.7. Manter seus bens e ativos, considerados indispensáveis ao fiel desenvolvimento e operação das atividades da Emissora, devidamente seguros.

7.1.8. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.

2 R H

mentos e ordens
nclusivamente
al ou Municipal
ativamente pela

s declarações ~~e~~

forme descrito na

Declínio sobre os negócios da

...e o caso, possa
...a ou da Fiadora,
...este Escritura de

sta Escritura de

ções inerentes às
ciência e Banco

elario, G Balco

ura de contratos
e a EGE e

of a ECE a

aventuristas, para

que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até a data do pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;



- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.2.1.1 O pagamento da remuneração prevista no caput desta Cláusula será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.2.1.2 A remuneração prevista no caput desta Cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.2.1.3 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias, alimentações e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ocorrer conforme previsto na cláusula 8.6.2 abaixo.

8.2.1.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 8.6 a seguir.

8.2.1.5 Os serviços cobertos pela remuneração prevista na cláusula 8.2.1 "a" são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), na Lei das Sociedades por Ações, nesta Escritura de Emissão e nos demais atos normativos da CVM.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 8.3.6 a seguir.

2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observada a Cláusula 8.3.2 acima.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser arquivado na JUCESP e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura de Emissão, conforme previsto na Cláusula 2.3 acima.

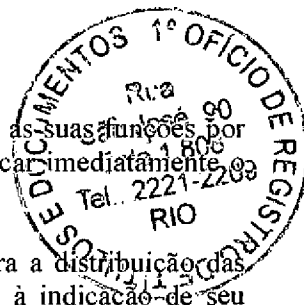
8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



2

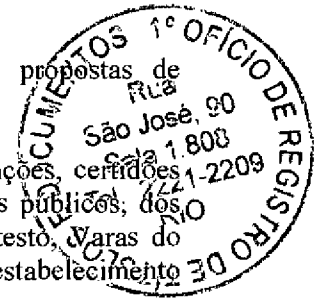
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: EDJ, Diretoria Jurídica]

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou da Fiadora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.8 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - alterações estatutárias ocorridas no período;
 - comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
 - acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - declaração sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:



[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: EDA, Diretoria Jurídica]



- (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “l” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em seu escritório;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (n) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e/ou a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da ciência de qualquer inadimplemento pela Emissora (observados os prazos de cura correspondentes), de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

q.1) à CVM; e

q.2) à CETIP;

- (r) divulgar as informações referidas na alínea "x" do item "I" desta Cláusula em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (s) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website* o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pelo Agente Fiduciário e acompanhado pela Emissora, a qual informará qualquer discrepância ao Agente Fiduciário; e
- (t) emitir quitação de valores devidos de juros e amortização das debêntures, desde que antes os mesmos sejam confirmados pelo Banco Mandatário.



8.5. Atribuições Específicas

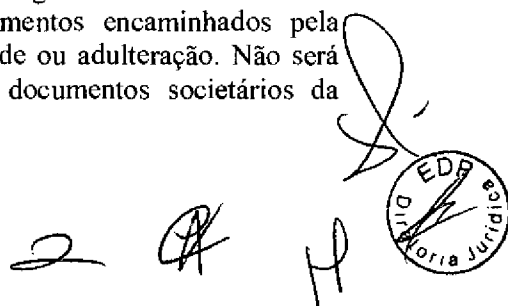
8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou da Fiadora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora.

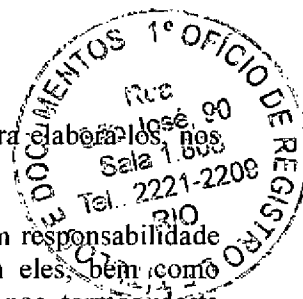
8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e demais atos normativos da CVM aplicáveis, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da



Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborada nos termos da legislação aplicável.



8.5.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

8.6. Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, desde que devidamente comprovadas, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. As despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sendo que no caso de despesa individual acima de R\$3.000,00 (três mil reais) o Agente Fiduciário deverá tão somente comunicar a Emissora que a despesa será efetuada, dentro dos padrões de mercado, apresentando as cópias dos respectivos comprovantes, e sempre respeitando os limites de razoabilidade.

8.6.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas nas Cláusulas 8.6.1. e 8.6.2. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.6.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.6.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora relativa aos pagamentos devidos ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.2 acima.

8.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6.4.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6.4 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual

2

#

H

EDP
Diretoria Jurídica

recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.



8.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

9.1.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.1.7 Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.



9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

9.3. Mesa Diretora

9.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

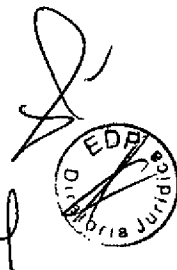
9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que as alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures, a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento (excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização decorrentes do disposto nas Cláusulas 4.2.3.4. a 4.2.3.6), Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como das Hipóteses de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e/ou dispositivos sobre *quora* previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

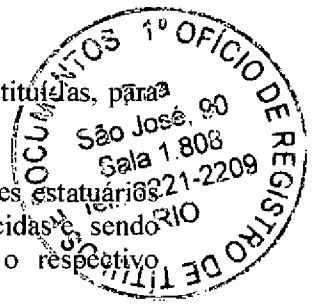
CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

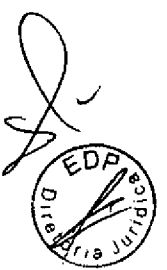
- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e



demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;



- (b) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes, estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas, sendo mandatários, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (c) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (d) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (e) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (f) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (j) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (k) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("1ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 28 de fevereiro de 2014, em que foram emitidas 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Fiadora ("2ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com data de emissão de 11 de abril de 2013, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão;

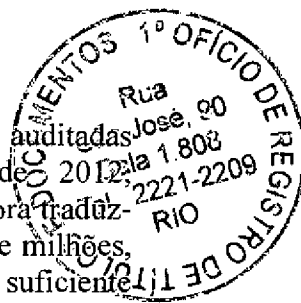


- (m) de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, disponibilizadas à CVM, o patrimônio líquido consolidado da Fiadora traduz-se em R\$ 4.327.724.000,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e sete milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais). A Fiança mostra-se, assim, suficiente em relação às Obrigações Afiançadas, sendo certo que, conforme item 2.4. acima, esta garantia somente restará plenamente e formalmente constituída depois de ser a presente Escritura registrada nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, quando passará a produzir efeitos perante terceiros; e
- (n) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

10.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

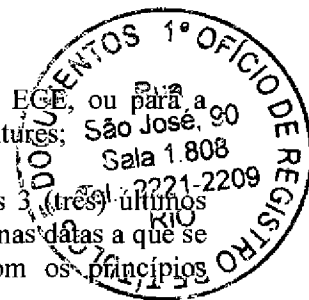
10.2. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) a Emissora e sua controlada ECE, têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou da ECE, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (f) a Emissora e a ECE não têm conhecimento do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em



Handwritten signatures and a circular stamp of the EDP (Escritura de Emissão) Diretoria Jurídica.

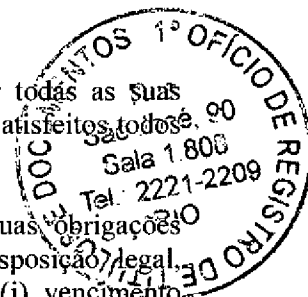
impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou da ECE, ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures;



- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e da ECE relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora e a ECE não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à ECE, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora e pela ECE ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (i) a ECE é concessionária dos serviços de geração de energia em virtude do “*Contrato de Concessão de Geração n.º 004/2002 – ANEEL - AHE Santo Antônio*”, celebrado em 07 de fevereiro de 2002, entre a União, por intermédio da ANEEL, ECE e Jari Energética S.A., conforme aditado em 30 de dezembro de 2008, em 16 de junho de 2011 e 28 de setembro de 2011, com vigência até 21 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado (“*Contrato de Concessão*”). A ECE não tem conhecimento até a presente data de qualquer aviso de inadimplemento ou de rescisão parcial ou total com relação ao Contrato de Concessão e não tem conhecimento de fatos conhecidos que façam com que tais avisos sejam esperados. A ECE cumpriu até esta data com todas as disposições do Contrato de Concessão;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (k) todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta, das Debêntures, da Emissora e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (l) a Emissora e a ECE são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (m) a Emissora e a ECE cumprem rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social; e
- (n) a Emissora responsabiliza-se pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

10.3. A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as suas obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das suas obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) não tem conhecimento a respeito do descumprimento de leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Fiadora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (f) as demonstrações financeiras da Fiadora relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Fiadora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Fiadora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (j) que todas as informações prestadas por ocasião da Emissão, incluindo informações a respeito da Oferta, das Debêntures, da Fiadora e suas controladas e de suas atividades e situação econômico-financeira são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e



Handwritten signatures and a circular stamp of the EDP (Diretoria Jurídica).

- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.



CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.3. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Energética do Jari – CEJA
Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar
CEP 04547-006, São Paulo - SP
At.: Sra. Maytê Albuquerque
Tel.: 55 011 2185-5023
Fax: 55 011 2185-5167
E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

Para a Fiadora:

EDP – Energias do Brasil S.A.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 8º andar
CEP 04547-006, São Paulo - SP
At.: Sra. Maytê Albuquerque
Tel.: 55 011 2185-5023
Fax: 55 011 2185-5167
E-mail: mayte.albuquerque@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Bairro Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Back office Financeiro)
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046

2 4 M

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br



Para o Banco Liquidante

Banco Citibank S.A.

Av. Paulista, nº 1.111 – 6º Andar - Cerqueira César

CEP 01311-920, São Paulo, SP

At.: Agency and Trust Operações (Sra. Paula Gomes Castilho)

Tel: (11) 4009.7088

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: sfs.agency.trust@citi.com

Para o Escriturador Mandatário:

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Av. Paulista, 1.111 – 6º Andar - Cerqueira César

Cep 01311-920, São Paulo, SP

At.: Agency and Trust Operações (Sra. Paula Gomes Castilho)

Tel: (11) 4009.7088

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: sfs.agency.trust@citi.com

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.3.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.3.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

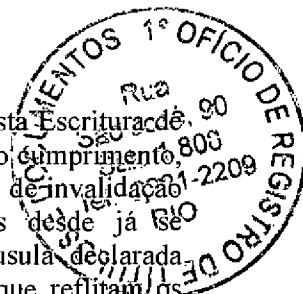
11.5. Efeito Vinculante

Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.6. Independência das Disposições

Handwritten signatures and a circular stamp of the Diretoria Jurídica (EDP) are present at the bottom right of the page.

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



11.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro.

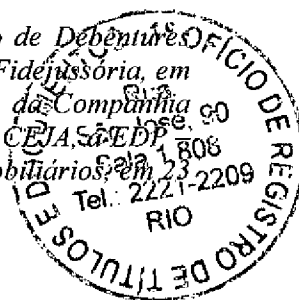
E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 23 de setembro de 2013.

[Two long diagonal lines crossing the page, likely representing crossed-out text or a signature line.]

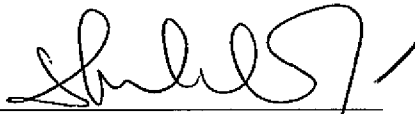
[Handwritten signatures and initials at the bottom right, including a circular stamp of the 1st Office of the Registry of Documents (1º OFÍCIO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS) in São Paulo, with registration number 2209.]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética do Jari - CEJA, celebrado entre a Companhia Energética do Jari - CEJA, S.A. EDP, Energias do Brasil S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 23 de setembro de 2013 – página 1 de 4



COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA

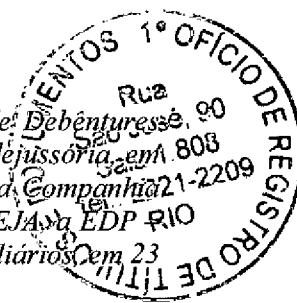

Nome: _____
Cargo: **Mayté Souza Dantas de Albuquerque**
Finanças e Relações com Investidores


Nome: _____
Cargo: **Stella Maris Moreira Fuão**
Diretora

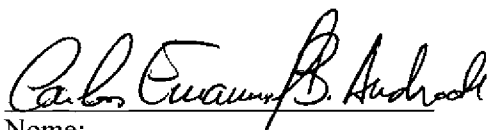




Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética do Jari - CEJA, celebrado entre a Companhia Energética do Jari - CEJA, EDP RIO Energias do Brasil S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 23 de setembro de 2013 – página 2 de 4



EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.



Nome: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Cargo: Diretor Vice Presidente



Nome: Maytê Souza Dantas de Albuquerque
Cargo: Finanças e Relações com Investidores





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética do Jari - CEJA, celebrado entre a Companhia Energética do Jari - CEJA - a EDP - Energias do Brasil S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 23 de setembro de 2013 – página 3 de 4



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**



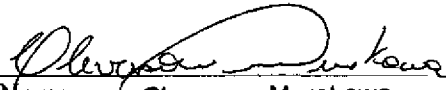
RJ47870



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Energética do Jari - CEJA, celebrado entre a Companhia Energética do Jari - CEJA, a EDP - Energias do Brasil S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 23 de setembro de 2013 – página 4 de 4



TESTEMUNHAS:


Nome: **Cleverson Murakawa**
RG: **CPF: 268.649.628-22**
CPF: **RG: 28.901.618-6**


Nome: **Mariana Ribeiro Falaguasta**
RG: **33.335.392-4**
CPF: **311.344.018-17**



